



Boletim WRM 257
Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Julho / Agosto 2021

Resistência a múltiplas táticas para expandir as monoculturas



Plantações em Mocambique. Foto: Justiça Ambiental

Nossa Opinião: Plantações industriais de monoculturas de árvores: Elevando as vozes da resistência!.....	2
A monocultura do dendê no município de Ixcán, na Guatemala: uma história de expropriação e enganos.....	4
A New Forest Company em Uganda: Aldeias despejadas, enganadas e jogadas na pobreza.....	9
Mulheres, terras, plantações e opressão em Serra Leoa.....	14
Um lugar perigoso para mulheres. Histórias de mulheres indígenas que trabalham em plantações de dendê em Papua.....	18
O mundo da especulação e os títulos verdes.....	22
A região de Sangha na República do Congo.....	27

RECOMENDADOS

Nove razões para dizer NÃO aos contratos com o agronegócio do dendê.....	32
Plantações de dendê estão avançando sobre a Amazônia brasileira.....	32
Exploração de trabalhadores migrantes em plantações de óleo de dendê na Malásia.....	33

Este Boletim tem artigos escritos por as seguintes organizações e indivíduos:

O Movimiento Social Intercultural del Pueblo de Ixcán, Guatemala; Witness Radio, Uganda; um ativista de Serra Leoa, membro da Aliança Informal contra as Plantações Industriais de Dendê na África Ocidental e Central; Yayasan Pusaka Bentala Rakyat, Indonesia; um pesquisador do Brasil; e membros do Secretariado Internacional do WRM em estreita colaboração com vários aliados nos diferentes países.

Resistência a múltiplas táticas para expandir as monoculturas

Nossa Opinião

Plantações industriais de monoculturas de árvores: Elevando as vozes da resistência!



Manifestação contra as monoculturas de árvores de Arauco em Argentina, 2019. Foto: Productores Independientes de Piray (PIP)

“As grandes plantações industriais de árvores certamente ajudam a indústria internacional de celulose e papel a garantir fornecimento estável de matérias-primas. Elas também são capazes de proporcionar periodicamente lucros consideráveis aos enormes conglomerados que as plantam. No entanto, elas não foram feitas para beneficiar os países do Sul como um todo, seus povos ou seu meio ambiente. Embora costumem destruir mais empregos do que conseguem criar, elas dependem de subsídios extraídos de um grande número de pessoas para gerar seus lucros. Não ajudam a preservar terras, florestas, pastagens nem fontes de água, mas exploram as vantagens naturais locais sem qualquer escrúpulo. Portanto, nem os países do Sul, nem suas comunidades locais devem esperar benefícios da presença de grandes plantações e firmas de celulose que produzem para exportar. Pelo contrário, devem estar atentos aos danos que essas corporações podem causar.”

“Mesmo que as raízes das plantações de árvores estejam dentro do território nacional, é muito improvável que as raízes dessas empresas também estejam.”

Este texto não foi escrito recentemente. Foi publicado há quase 15 anos, por Ricardo Carrere, (1) coordenador do WRM de 1996 a 2010.

Abrimos este boletim com as palavras de Ricardo, não apenas porque o foco desta edição é a devastação causada atualmente pelas monoculturas industriais, mas também porque Ricardo faleceu há dez anos. Seu legado na luta contra as plantações industriais e seus ensinamentos continuam bem vivos.

Além dos danos e prejuízos causados pelas plantações industriais, para os quais Ricardo alerta em seu texto e que continuam presentes hoje, as comunidades que vivem dentro e perto das plantações também precisam enfrentar políticos, plantadores e empresas

relacionadas, bem como ONGs conservacionistas que usam novas táticas para seguir tentando fazer a indústria parecer “sustentável”. Os argumentos continuam tão perversos quanto há dez anos, por exemplo, o de que as árvores (ou seja, plantações industriais) podem salvar a humanidade do caos climático. O plantio de árvores é um elemento chave de esquemas de compensação, como o REDD+ ou as chamadas “soluções baseadas na natureza”. Essas plantações permitem que os poluidores afirmem ser “neutros em carbono” ou tenham “emissão líquida” zero.

As empresas de plantações e seus investidores estão aumentando ainda mais os lucros ao entrar em novos mercados além do de celulose e papel, incluindo a produção de tecidos, plásticos, cosméticos, produtos farmacêuticos, tintas, fertilizantes, resinas, energia e muitos outros produtos à base de madeira. (2) Por exemplo, a União Europeia fará pressão por meio do lobby da indústria de plantações durante as negociações climáticas da ONU para permitir que a biomassa (transformação de árvores em pellets de madeira e sua queima para produzir eletricidade) seja considerada “sustentável” e de “emissão zero”. Além disso, a maior produtora mundial de celulose de madeira, a Suzano Papel e Celulose, estabeleceu uma nova parceria com a empresa Spinnova para construir a primeira unidade de produção de fibra de madeira em escala comercial na Finlândia, que eles chamam de fibra “sustentável”.

Na realidade, o modelo de grandes plantações não pode ser dissociado das histórias de colonialismo, capitalismo, patriarcado e racismo. Esse modelo intensivo e violento é amplamente baseado em crimes, como roubo de terras e meios de subsistência, criminalização ilegal, agressão e assédio sexuais, violações dos direitos humanos, opressão das mulheres, exploração do trabalho, devastação ambiental e poluição. Os responsáveis pela violenta imposição desse modelo no hemisfério sul muitas vezes tentam apagar passados e presentes violentos de suas atividades, usando propaganda simpática. No entanto, as afirmações de que são “sustentáveis”, têm “emissão líquida zero” ou são “neutros em carbono” escondem inúmeras histórias de expropriação e opressão, que geraram e sustentaram lucros para alguns. Histórias que foram amplamente silenciadas e marginalizadas por forças do dinheiro e do poder.

Mas essas histórias também carregam outras, poderosas e fortes – histórias de resistência de comunidades. Suas lutas contra as monoculturas industriais de árvores são lutas por suas terras e florestas, suas coletividades e seus espaços de vida nutridos por suas trajetórias, seus conhecimentos e suas visões.

Desde 2004, o 21 de setembro marca o Dia Internacional de Luta contra as Monoculturas de Árvores. É um dia para comunidades, movimentos, organizações e redes aplaudirem a coragem e a força por trás de cada luta de resistência. Reconheça as inúmeras histórias de resistência e junte-se ao apelo pelo fim da expansão dessas devastadoras plantações industriais de árvores.

Elevemos o volume das vozes da resistência contra as plantações industriais de árvores!

A monocultura do dendê no município de Ixcán, na Guatemala: uma história de expropriação e enganos



Foto: Movimiento Social Intercultural del Pueblo de Ixcán, Guatemala

O dendê não é um cultivo tradicional na Guatemala. Ao chegar ao município de Ixcán, no departamento de Quiché, ou nas chamadas terras baixas do norte, as empresas produtoras não vieram desalojando pessoas para plantar dendê, e sim o fizeram de forma mais estratégica. Dizemos que o que elas fazem é **expropriação sistemática**.

Tradicionalmente, os povos indígenas da Guatemala fazem a gestão da terra coletivamente. Não há patrão nem dono. Desde a década de 1960, havia planos de “desenvolvimento” no país, entre eles a Hidrelétrica de Xalalá, a prospecção e a extração de petróleo, e o dendê. Foi construída uma rodovia que chamaram de Franja Transversal do Norte para poder transportar seus produtos. O município de Ixcán (criado apenas em 1985) foi um dos mais afetados pelo conflito armado interno (1960-1996) e foi onde os movimentos guerrilheiros ganharam força por ser uma área totalmente coberta com floresta. A intenção era lutar contra todas as injustiças do sistema político e, para isso, muitos de nossos avós e até pais pegaram em armas. No auge do conflito, várias empresas tiveram que se retirar devido à pressão do movimento guerrilheiro. Porém, após os acordos de paz de 1996, a estratégia de expropriar sistematicamente os povos foi retomada.

Das 12 negociações de paz, o Acordo sobre Aspectos Socioeconômicos e a Situação Agrária foi fundamental. Nele, os grupos guerrilheiros agrupados em uma aliança (eram quatro grupos que acabavam se articulando dessa forma) junto a outros setores, como a Igreja Católica e grupos de observadores internacionais, propunham uma distribuição justa da terra, para romper com o sistema de serventes e patrões. Nesse acordo, o Estado da Guatemala se comprometia a criar mecanismos para que os povos tivessem acesso à terra, como o Fundo de Terras ou a Secretaria de Assuntos Agrários. Contudo, a partir de 2001-2002, o Estado, por meio do Fundo de Terras, começou a promover a escrituração privada de terras, ou seja, que cada pessoa tivesse um documento garantindo a propriedade individual, e não coletiva. Isso ignorava a forma como os povos indígenas faziam a gestão de suas terras. Esse processo durou de seis a sete anos em algumas comunidades. Ixcán foi uma das primeiras regiões a realizar a escrituração privada das terras. Existem cerca de 30 comunidades no município, 12 das quais são afetadas pelo dendê.

Coincidentemente, três anos depois, o governo de Álvaro Colom concede permissão para que outras empresas possam captar dinheiro e oferecer crédito agrícola às comunidades, e muitas caíram na armadilha. Decidiram aceitar, e quando recebiam as escrituras individuais, as pessoas ouviam: “Agora você é dono, se quiser, pode vender, fazer um empréstimo e empenhar seu lote.” Muitas optaram por receber créditos agrícolas. Entre 2008 e 2009, 17 empresas surgiram no Município de Ixcán oferecendo esses créditos. Elas aproveitaram o contexto pós-conflito, onde as necessidades eram muitas. Segundo o mecanismo, as pessoas podiam dar as escrituras de suas terras como garantia para os empréstimos. Acontece que esse município está abaixo do nível do mar, e quase todos os anos ocorrem inundações e perdas de safra. É claro que as pessoas não conseguiram pagar os empréstimos. Em muitos casos, passaram-se dois ou três anos sem que eles fossem cobrados. Quando começaram a perguntar por seus créditos, elas ouviam: “Não se preocupem, a empresa de dendê já pagou e agora eles têm a escritura e são os donos”. Em outros casos, as pessoas ofereciam suas terras aos “laranjas” da empresa, que chegavam se oferecendo para comprar terras para supostamente plantar milho. Foi assim que a Palmas del Ixcán conseguiu muitos lotes.

Outro caso que destaca as táticas da empresa foi o das duas pessoas que haviam decidido vender seus lotes a ela. Como não sabem ler nem escrever, e seu idioma é o q’eqchí, a empresa pediu duas testemunhas que pudessem endossar o documento de venda. Elas levaram quatro pessoas para a zona 10 da Cidade da Guatemala, a área mais exclusiva, e lá fizeram quatro contratos de compra e venda. As supostas testemunhas, na verdade, estavam assinando a entrega das terras à empresa. Um dos intérpretes do q’eqchí para o espanhol se deu conta disso e apresentou uma denúncia contra a empresa e o tabelião que promoveu essa situação.

Outra tática, por exemplo, é comprar de quem está na entrada da área de cultivo, depois da seguinte e, se esse não quiser, comprar de quem está mais à frente. Assim, quem tem terra no meio tem que passar pelas plantações, e isso impede que a pessoa trabalhe livremente, e ela tem que vender. Ou então eles recorrem às autoridades locais para que eles próprios se tornem “laranjas” das empresas para obter os lotes. E assim, há várias estratégias. É por isso que chamamos essa tática de expropriação sistemática.

Impactos, violência e precariedade

O que aumentou a consciência sobre os muitos impactos da monocultura de dendê foram **a poluição e a escassez de água**. Isso fez com que as comunidades se dessem conta dos outros impactos e forjou a resistência que existe atualmente nessas comunidades. Essa era uma região que inundava muito, mas, desde 2018, tem sido uma das mais afetadas pelas secas, deixando as pessoas sem colheita. Já se sabe que, quanto maior for a destruição da diversidade, maior será o impacto da seca sobre os territórios.

Agora, nos locais mais baixos, onde ainda há muita água, a empresa faz uma espécie de vala para drenar a água. São essas valas que transportam a poluição de resíduos químicos para os rios.

Em Ixcán, não há extratora de óleo de dendê, e o fruto é apenas colhido e transferido para o município de Chisec, do outro lado do rio, onde é moído para extrair o óleo. Todo o resíduo desse processo vai diretamente para o Rio Chixoy (ou Negro), um dos maiores do país, sem nenhum tipo de tratamento. Os resíduos dos frutos (ráquis), geram pragas de moscas que

entram nas casas, estão nos alimentos, nas roupas, em todos os lugares e, por isso, transmitem doenças, causando principalmente problemas estomacais em crianças. A quantidade de resíduos é tão grande que a praga de moscas atinge o município de Ixcán. No caso da comunidade de Sonora, o Ministério Público da Guatemala investigou, após um procedimento de 2018 do Ministério da Saúde, os produtos químicos presentes no rio Sonora. No início de 2021, os resultados comprovaram a presença de produtos químicos, todos vinculados ao dendê e à empresa Palmas del Ixcán. O caso chegou aos tribunais. Posteriormente, a empresa apresentou denúncia contra as autoridades da comunidade por usurpação agravada e detenções ilegais. Ela queria continuar trabalhando nas terras, mas a comunidade a expulsou de lá. A empresa argumenta que a comunidade está tentando se apossar de suas terras, mas não apresentou documentação que comprove que é a proprietária.

Então, não há mais água, não há mais matéria orgânica na terra, já não ocorre o processo natural da água, ou seja, subir como vapor e voltar como líquido. Toda a água para o consumo precisa ser filtrada, e os poços artesanais, de onde se tira água para o consumo, secam. As mulheres agora caminham até duas ou três horas para buscar água potável em outras comunidades, algumas até cruzam a fronteira com o México. São situações muito fortes.

Por outro lado, há criminalização e cooptação das autoridades comunitárias. As empresas se apropriam das estradas da comunidade. Existe cooptação de lideranças de qualquer forma, para gerar conflito na comunidade. E as empresas são boas de marketing e em invisibilizar tudo o que a comunidade diz. O óleo de dendê é ecologicamente correto, dizem as empresas todos os dias, não importa o que as comunidades possam testemunhar.

Um exemplo de tática de marketing é a exploração do trabalho. A empresa Palmas del Ixcán argumenta que está pagando muito bem seus trabalhadores porque o salário mínimo para o trabalho agrícola, de acordo com a legislação da Guatemala, seria mais ou menos entre 79 e 86 quetzals, e ela paga 98 quetzals por dia (cerca de 13 dólares). Mas a empresa nunca fala sobre a quantidade de trabalho. Quando se trata de limpeza ao redor da planta, a tarefa que lhes é atribuída é de 250 plantas por dia. Isso significa que eles estariam ganhando cerca de 48 centavos por planta, ou seja, o mesmo valor que pagavam aos seus avós quando os alemães os expropriaram para cultivar café, há 100 anos. Se não cumprirem a tarefa, não são pagos. No dia seguinte, têm que realizar o trabalho do dia e completar o do dia anterior. Além disso, quase nunca há contratos e, portanto, eles não têm quase nenhum tipo de direitos trabalhistas. (1)

Os avós aqui são muito sábios. Eles dizem: “Você não pode ter dois corações. Um coração na empresa e outro na comunidade não é possível. Ou você está com a comunidade ou está com a empresa. É assim. Não há dois.”

Certificação RSPO

A empresa Palmas del Ixcán diz que é certificada em tudo. Sabemos que a empresa tem certificação da RSPO para o produto, mas nem nos demos conta quando ela foi certificada. As comunidades não têm ideia de tudo o que acontece nesse nível, nem têm informações sobre o que envolve a certificação.

Fizemos uma reclamação à RSPO e participamos de um mecanismo de consulta da entidade, mas era sobre os novos plantios que a empresa planejava estabelecer, e não sobre a produção ou as plantações já existentes.

Quando acompanhamos as comunidades nas consultas da empresa sobre as novas plantações, aconteceram algumas coisas bem desagradáveis. O documento de consulta mencionava uma primeira visita que já teria sido feita às comunidades em maio de 2019 e afirmava que seis comunidades de Ixcán, na área de plantio, já haviam aceitado as novas plantações. A Palmas del Ixcán havia contratado a empresa IBD Certificaciones para supostamente realizar consultas. Porém, quando falamos com as comunidades, elas disseram que não sabiam nada sobre isso. Em outras palavras, não era verdade que as comunidades haviam sido visitadas.

No devido tempo, enviamos memoriais à RSPO explicando isso. Então, uma pessoa da IBD nos contatou para uma reunião. Eles queriam se reunir com cada comunidade, separadamente, mas nós consultamos as comunidades e ficou decidido que a reunião deveria ser com todas juntas, porque não sabíamos que tipo de estratégias eles poderiam usar para manipular. A IBD aceitou e pedimos que viesse para que descrevêssemos toda a situação. Durante a reunião, a pessoa disse não ter informações sobre o que estava acontecendo com a empresa de dendê. Mas quando nos disse seu nome, percebemos que era a mesma pessoa que havia assinado o relatório anterior – aquele que as comunidades consideraram falso. Apesar disso, foi feito um memorial com as atas das assembleias indicando que o conteúdo do relatório era falso, e esse documento foi entregue a essa mesma pessoa, enviado à RSPO e divulgado entre os meios de comunicação alternativos.

No entanto, a recomendação da RSPO era de que a empresa se aproximasse das comunidades para tentar convencê-las. Não havia outra maneira de interpretar sua resposta. Em dezembro de 2019, a Palmas del Ixcán escreveu ao Movimiento Social Intercultural del Pueblo de Ixcán, pedindo que nos reuníssemos com ela. Claro que não fomos. A empresa tinha que se comunicar e se reunir com as comunidades. Depois disso, surgiram outras propostas de diálogo, que transmitimos às comunidades, já que elas não tinham sido citadas e indicavam que não concordavam.

Essa foi a desculpa perfeita para a RSPO conceder a certificação. Mais tarde, quando a criticamos por certificar a Palmas del Ixcán, a resposta foi que a empresa abordou as comunidades e elas não quiseram dialogar.

Em 2019, divulgamos o pronunciamento “A RSPO é uma farsa”, (2) por considerarmos que o objetivo da RSPO é plantar dendê a qualquer custo e que a motivação para se aproximar das comunidades é seguir plantando.

Em resposta, a RSPO nos escreveu novamente por meio de seu representante Francisco Naranjo (diretor para a América Latina), para nos dizer que a certificação já estava em vigor. Francisco Naranjo não conhece as comunidades. Como se diz popularmente, ele “não está nem aí” para o que elas estão passando, portanto, as comunidades também não vão obedecer a uma certificação.

As comunidades decidiram que o plantio de dendê não é mais permitido em suas terras. Seis comunidades estavam em processo de certificação para novas plantações. A partir de tudo isso, cinco delas já foram informadas dos impactos, mas não todas. Uma comunidade autorizou a semeadura.

Programa para pequenos produtores: “os plantadores de dendê independentes”

Ficamos muito surpresos com o acordo de 2019, da Palmas del Ixcán com a Cargill, empresa com sede nos Estados Unidos, e a ONG holandesa Solidaridad. Chamou a atenção o fato de que, em um momento muito forte para nós, quando estávamos justamente fazendo uma pesquisa para ver o que seria apresentado à RSPO, a grande mídia divulgou esse acordo como uma grande notícia.

Já estava em andamento esse processo denominado “plantadores de dendê independentes”, que de independentes não têm nada. Quem define os preços e todas as condições é a empresa, e eles não podem vender a outra empresa. Supostamente, o apoio que essas famílias receberam é em termos de capacitação técnica sobre o manejo e a colheita do dendê. Mas não se pode esquecer que a seca gerada pelo dendê afetou o próprio dendê. Nos últimos dois anos, a produção foi muito menor do que nos anos anteriores. Portanto, tem havido muita pressão sobre os “plantadores independentes”, que têm que produzir a mesma quantidade que o contrato diz, independentemente do resto. Em Ixcán, haveria mais de 100 “plantadores independentes”, e cada um recebeu algumas cabras para ajudar a comer o mato sob o dendezeiro. Na prática, esses chamados “independentes” são a base de apoio da empresa. Quando as comunidades em resistência fazem denúncias públicas sobre a RSPO ou outras, os “independentes” são aqueles que divulgam situações diferentes dessas relatadas pelas comunidades.

Além de haver muitas dúvidas entre as comunidades, quem realmente não está aceitando o dendê dentro desse esquema são as mulheres. Em muitas famílias, os homens aceitam ser “produtores de dendê independentes”, e são as mulheres que se opõem a eles, dizendo: “Não, nesta família não, a nossa terra não é para isso”. **Já existe consciência e organização suficientes entre as mulheres.** Elas estiveram na vanguarda das comunidades que iniciaram a resistência contra o dendê, seja da empresa ou dos “produtores independentes”. Elas convivem intimamente com o problema da escassez e da contaminação da água.

Resistência

As instituições de Estado da Guatemala estão sendo muito criticadas pela população. Por mais que houvesse vontade, e mesmo que fossem feitas investigações ou denúncias contra as empresas de dendê, que instituição se atreveria a dar seguimento a uma denúncia contra elas? Dentro do CACIF (Comitê Coordenador das Associações Agropecuárias, Comerciais, Industriais e Financeiras), formado pelas cúpulas empresariais da Guatemala, as empresas de dendê compõem a Câmara da Agricultura, ou seja, os multimilionários, que tem mais influência do que as outras câmaras. É bastante complexa e repleta de corrupção. Então, as comunidades se desesperam e, em muitos casos, nenhuma denúncia é feita, e a resistência se concentra nos territórios.

Os moradores de La Sonora, onde foi feita a denúncia de poluição da água, decidiram rejeitar a proposta de desenvolvimento da empresa de dendê em uma assembleia realizada em junho de 2019, e se desvincularam de tudo que a ela se relacionasse. Eles ressaltaram que tudo o que construíram na comunidade foi feito com recursos próprios e é produto do seu trabalho, registraram isso em uma ata comunitária e decidiram solicitar que a Palmas del Ixcán se retirasse de seus territórios.

Há dois anos, a comunidade do Prado decidiu que não permitiria mais o plantio de dendzeiros em suas terras. Em julho de 2021, quando a empresa chegou, a comunidade parou os caminhões que transportavam as plantas e os obrigou a voltar e não plantar dendê ali. A empresa entrou com um recurso perante a Turma de Apelações para anular a decisão da comunidade.

Como em toda a Guatemala, as comunidades do Município de Ixcán têm direito de decidir o que é e o que não é semeado em suas terras.

Herbert Sandoval,

Movimiento Social Intercultural del Pueblo de Ixcán, Guatemala

(1) Denuncian explotación laboral en la empresa palmera, La masa, março de 2020,

https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2745838992151798&id=420515274684193

(2) Movimiento de Comunidades en Defensa del agua Q'ana Ch'och' e Movimiento Social Intercultural del Pueblo de Ixcán, outubro de 2020, <https://www.facebook.com/104416791202155/posts/191632732480560/>

A New Forest Company em Uganda: Aldeias despejadas, enganadas e jogadas na pobreza



Foto: Witness Radio

No início dos anos 2000, aldeias vizinhas invejavam a de Kanamire, localizada no distrito de Mubende, na região central de Uganda. Ela havia ganhado fama na agricultura, e sua história de sucesso estava se espalhando como um incêndio florestal. Seus habitantes tinham estabelecido um padrão de exigência elevado para qualquer pessoa que praticasse a pequena agricultura. A terra agricultável e as práticas agrícolas eram a mágica por trás de seu sucesso.

Os moradores de Kanamire costumavam passar o dia arando suas plantações ou capinando suas roças, prevendo uma colheita generosa.

“A população da aldeia havia aumentado, e agora estava prosperando totalmente na agricultura. Lojas maiores e amplas estavam por toda parte. Casas de alvenaria substituíam as de palha. Tínhamos orgulho de chamar aquilo de lar”, recorda Obutu Danial, de 54 anos, sobre os dias de glória.

Como norma, entre as mulheres rurais, existe uma crença não escrita que diz que se deve manter a paz com os vizinhos. A primeira pessoa a colher dividia pelo menos parte com os vizinhos. Essa crença resistiu ao teste do tempo, e as mulheres de Kanamire não eram exceção. “Tínhamos terra suficiente. Os alimentos que cultivávamos bastavam para as famílias. Dávamos produtos aos nossos vizinhos, por exemplo feijão, e em troca, eles também faziam o mesmo quando os seus estavam prontos. E também vendíamos o excedente para atender outras necessidades”, revela uma agricultora.

Vinte anos depois, a aldeia exemplar não existe mais. As plantações de banana, café e milho, entre outras, foram arrasadas, e famílias foram brutalmente despejadas pela New Forests Company (NFC), uma empresa com sede em Londres.

A New Fores Company e o mercado de carbono

A NFC foi fundada em 2004 com a “visão” de produzir madeira “sustentável” na África Oriental, em meio ao desmatamento desenfreado. Foi financiada pelo Agri-Vie Agribusiness Fund, um fundo de *private equity*, e pelo banco britânico HSBC Private Equity. A África Oriental, onde fica Uganda, é uma das regiões mais férteis e por isso foi escolhida para o negócio de plantações.

Em 2005, a empresa de plantações de árvores assinou um acordo com a Autoridade Florestal Nacional de Uganda (NFA) para desenvolver 20 mil hectares de plantações de árvores nas reservas florestais de Namwasa e Luwunga, dentro do programa de comércio de carbono, uma abordagem de mercado voltada a privatizar o dióxido de carbono armazenado em árvores e vendê-lo como créditos de carbono aos poluidores. Isso gera lucros adicionais para a Empresa.

Atualmente, a NFC se beneficia de um novo projeto apoiado pelo Fundo Holandês para o Clima e Desenvolvimento (DFCD). São 160 milhões de euros (mais de 185 milhões de dólares) de verbas do governo holandês que visam mobilizar o financiamento do setor privado para projetos de carbono. O DFCD é administrado pela gestora de investimentos Climate Fund Managers (CFM), a ONG Worldwide Fund for Nature Netherlands (WWF-Holanda) e a ONG SNV, e liderado pelo Banco de Desenvolvimento Holandês, o FMO. (1)

Em agosto de 2020, o DFCD aprovou uma subvenção e um pacote de assistência técnica do WWF para a The New Forests Company (NFC) no valor de 279.001 euros (cerca de 327 mil dólares), com o objetivo de desenvolver a proposta final de investimento em certificação de carbono em Uganda, para o crescimento sustentável dos pequenos agricultores e a diversificação do mercado de madeira. Na realidade, isso se traduziria na geração de financiamento de carbono para apoiar a expansão das plantações de monoculturas da empresa e a concentração de terras.

O despejo da aldeia Kanamire

A Autoridade Florestal Nacional (NFA) é uma agência governamental estabelecida sob a Lei Nacional de Florestas e Plantio de Árvores de 2003, como órgão responsável pelo chamado “desenvolvimento sustentável”, a gestão das Reservas Florestais Centrais (CFRs) e o fornecimento do apoio técnico às partes interessadas no subsetor florestal.

Entre 2006 e 2010, mais de 10 mil pessoas foram despejadas de suas terras no distrito de Mubende para abrir caminho às plantações da NFC. Apesar disso, em 2008, a Autoridade de Investimento de Uganda, cuja função é “assessorar o governo sobre políticas adequadas que conduzam à promoção e ao crescimento do investimento”, (2) nomeou a NFC como “Investidor do Ano” por plantar monoculturas de pinheiros e eucaliptos, enquanto os moradores da aldeia viviam na miséria, em um pedaço de terra estéril e lotado.

Em fevereiro de 2010, os moradores de Kanamire acordaram com um grande grupo de representantes e avaliadores da NFC, protegidos pelas Forças de Defesa do Povo de Uganda (UPDF) e a Força Policial de Uganda (UPF) que, por sua vez estavam sob o comando do então Comissário do Distrito Residencial de Mubende, Nsubuga Bewaayo. Eles destruíram as propriedades dos moradores, no valor de bilhões de xelins de Uganda, antes do despejo forçado, para dar lugar a uma plantação de monocultura da NFC.

As outras aldeias que sofreram despejo forçado no distrito de Mubende devido às plantações da NFC são as aldeias de Kyamukasa, Kigumya, Kyato, Kisita, Mpologoma e Bulagano.

Três anos após os despejos, a NFC concordou em reassentar as vítimas depois de fortes conflitos com ativistas dos direitos humanos e outros apoiadores da aldeia, que enfrentavam a violência que os habitantes locais vivenciaram durante os despejos.

Em um acordo assinado pela NFC e os moradores de Kanamire, a empresa concordou em lhes pagar um total de 1,2 bilhão de xelins de Uganda (cerca de 340 mil dólares). E os moradores tiveram que formar e participar de uma cooperativa que destinaria metade do dinheiro à compra de terras e a outra metade a projetos de desenvolvimento, como poços e escolas. Os despejados foram forçados a pagar taxas de inscrição para se tornarem membros. Quem não tinha dinheiro para ingressar na cooperativa não foi incluído no processo de reassentamento. (3)

“Formamos a Sociedade Cooperativa Bukakikama, e 600 milhões [de xelins de Uganda, cerca de 170 mil dólares] para a terra foram transferidos à conta da cooperativa”, disse Bakesisha William, ex-presidente da cooperativa.

Bakesisha disse que com os 600 milhões de xelins de Uganda compraram terras equivalentes a cerca de 190 hectares na vila de Kampindu, no distrito de Mubende. Das 901 famílias, 453 receberam menos de meio hectare de terra. As 448 famílias restantes não foram indenizadas nem reassentadas até hoje.

Todos na cooperativa tiveram que pagar 30 mil xelins (cerca de 8,5 dólares) para aderir. As vítimas tiveram que fazer outros pagamentos, a saber: 3 mil xelins (quase um dólar) por terem uma participação na cooperativa e 5 mil xelins (1,42 dólares) como depósito inicial. Após esses pagamentos obrigatórios serem feitos, o presidente da cooperativa emitiu números de identificação.

E apenas aqueles que cumprissem esses requisitos seriam registrados como membros da cooperativa com direito a meio hectare de terra para reassentamento.

Em Kampindu, o lugar onde os despejados de Kanamire foram “reassentados”, a primeira coisa que se vê são crianças desnutridas, usando roupas esfarrapadas, vagando por toda a aldeia. Jovens raivosos, famintos e de aparência maldosa, e seus parentes mais velhos e cansados, estão amontoados em casas improvisadas e lamacentas. Outros, com enxadas nas costas e pés sujos, revelam sua miséria.

Nem mesmo aqueles que receberam meio hectare de terra estão em melhor situação do que os que não receberam. Eles também estão chafurdando na pobreza, pois foram reassentados em um pedaço de terra árido.

Já se sabe que nem aquilo que deveria ser o reassentamento foi cumprido. Nenhum apoio foi oferecido, como moradia básica, alimentos, água ou roupas. Eles foram jogados lá e abandonados pela empresa multimilionária com sede no Reino Unido.

“Ambos os grupos estão vivendo na pobreza. Aqueles que tiveram uma oportunidade de se restabelecer em meio hectare estão sofrendo. É muito pouca terra para cultivar. Ela está localizada em áreas montanhosas, onde não se pode construir nem cultivar. E os outros, que não tiveram chance, estão morrendo de fome e trabalhando nas plantações de outras pessoas para sobreviver. Cerca de cinco casos de morte resultantes do deslocamento foram registrados nas áreas”, observou um pesquisador da plataforma de mídia de Uganda, Witness Radio.

Rwabinyansi Charles é um dos que receberam terras. Com 75 anos e pai de 11 filhos, ele não consegue se esquecer da maneira implacável com que a NFC tomou suas terras e o jogou em Kampindu, um lugar que ele descreve como inferno.

“É como se eu não tivesse terra. Olhe, é cheio de pedras difíceis de construir ou cultivar. Quando você semeia, as plantas secam. Veja o milho que foi plantado na safra passada”, disse ele, apontando para um pedaço de terra que recebeu da NFC.

Onze anos atrás, Rwabinyansi era um feliz morador da aldeia. Antes do despejo, ele tinha cerca de 12 hectares ocupados com plantações de café, banana, mandioca, entre outras coisas. Além disso, também criava gado em suas terras.

“Em uma boa safra, eu colhia mais de 30 sacas de café, 20 de milho e 15 de mandioca. Eu vendia os produtos enquanto minha esposa, em casa, plantava os nossos alimentos. Também vendíamos o leite das nossas quatro vacas, então era uma vida muito boa”, narrou.

Agora, em um pedaço de terra de uma pessoa solidária em Kampindu, está uma tenda improvisada que Rwabinyansi e sua família chamam de lar, mas isso é apenas a ponta do iceberg. Nem a morte vai aliviar o sofrimento relacionado ao despejo, porque mesmo depois da morte, o despejo continuou a assombrá-los. “Não posso construir nessa terra. Não é seguro para mim. Também não posso construir aqui, porque a qualquer hora, o dono pode querer usar. Recentemente, perdi minha nora e não tinha onde enterrá-la”, revela.

Quando alguém morre, entre os nativos Baganda, uma mensagem de condolências é acompanhada de um enterro decente e uma despedida ao falecido, “*Wummula mirembe*”, semelhante a “Descanse em Paz”. Mas não foi o caso da Nora de Rwabinyansi. “Nós tivemos dificuldade para conseguir onde enterrá-la. Por fim, Deus teve misericórdia de nós.

Um amigo próximo cedeu uma parte de suas terras para que ela pudesse descansar”, acrescentou.

O presidente das comunidades afetadas pela NFC, Julius Ndagize, responsabiliza os critérios que informaram os processos de alocação dos lotes de meio hectare aos despejados.

“Em primeiro lugar, o lote é muito pequeno para acomodar todos nós, e as exigências de ter que comprar participação e fazer poupança na cooperativa também não favoreciam o meu povo, pois eles não tinham dinheiro. E entre essas pessoas, estavam aquelas que receberam terras, mas não tinham o que comer. Imagine uma família de 15 filhos: todos cresceram e construíram no mesmo lote; onde vão cultivar? O único benefício para o grupo que conseguiu terra em relação aos que não conseguiram é ter onde enterrar seus entes queridos, explicou.

A dor de perder uma jovem geração promissora para um despejo

As pessoas despejadas agora estão lutando contra as chocantes consequências do despejo, incluindo gravidez infantil, trabalho infantil e abandono escolar.

“Os casos de casamentos prematuros e de trabalho infantil são muitos na região, as crianças não vão mais à escola porque se supõe que, se um pai não tem o que comer, ele pode educar um filho. E as pessoas estão morrendo porque não têm dinheiro para ir aos hospitais”, acrescentou.

Ndagize disse que os pequenos agricultores estão agora atuando como trabalhadores temporários. “Como a terra é pequena e infértil, essas pessoas vão trabalhar nas fazendas próximas para conseguir o que comer”, acrescentou.

A contribuição dos pequenos agricultores para a produção nacional de alimentos permanece incomparável, mas eles acreditam que seu governo os decepcionou e os deixou na mão, por multinacionais como a NFC.

“Se a agricultura é a espinha dorsal de Uganda, como dizem, por que pegam o pouco que temos? Nós não estávamos morrendo de fome e nem pedindo nada a ninguém. Mas olhe para mim agora. Da próxima vez, você me encontrará nas ruas implorando, ou morto na minha casa”, conclui a deprimida moradora Rwoga Nyange.

As tentativas de falar com o Gerente do Programa de Responsabilidade Social Corporativa da New Forests Company, Kyabawampi Alex, foram infrutíferas, pois ele não respondeu aos e-mails da Witness Radio até o momento.

Witness Radio – Uganda

Witnessradio.org

(1) WWF, The DFCD supports in carbon certification in Uganda, August 2020, <https://www.wwf.nl/wat-we-doen/aanpak/internationaal/Dutch-Fund-for-Climate-and-Development/The-DFCD-supports-in-carbon-certification-in-Uganda>

(2) Uganda Investment Authority, <https://www.ugandainvest.go.ug/about/>

(3) Witness Radio, A agonia de um projeto de plantação de árvores em terras de comunidades em Uganda, no Boletim 251 do WRM, setembro de 2020, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-agonia-de-um-projeto-de-plantacao-de-arvores-em-terras-de-comunidades-em-uganda/>

Mulheres, terras, plantações e opressão em Serra Leoa



Foto: Farmlandgrab.org

Os antigos processos de concentração de terras em Serra Leoa são resultado de um violento passado colonial e imperial. Terras agricultáveis e coletivas, anteriormente cultivadas para alimentação, estão sendo convenientemente entregues a grandes empresas, muitas vezes em arrendamentos de longo prazo, para cultivar produtos de exportação, como o óleo de dendê.

O dendê é um cultivo tradicional para muitas comunidades em Serra Leoa e em toda a África Ocidental. No entanto, com a chegada da multinacional Socfin, a produção de dendê em Serra Leoa se transformou em uma monocultura industrial caracterizada por violência, patriarcado e opressão.

Em 2011, a Socfin celebrou um contrato de arrendamento de terras por 50 anos com o governo de Serra Leoa e as autoridades locais, que foi seguido por mais dois contratos. A empresa pagou aos proprietários de terras da Chefia de Sahn Malen uma compensação única de 1 milhão de leones por acre (cerca de 177 dólares). Em menos de 10 anos, as florestas e terras férteis dessa Chefia foram transformadas em milhares de hectares de monoculturas de dendezeiros.

As mulheres dão contribuições extremamente importantes para a soberania alimentar nas áreas rurais de Serra Leoa, mas geralmente não têm título de terras com valor legal. Ainda que as leis formais lhes permitam ser proprietárias de terras, elas têm que enfrentar outro sistema patriarcal mais próximo de casa.

As leis consuetudinárias, segundo as quais as comunidades em Serra Leoa tradicionalmente se organizam, costumam dar aos homens mais poder de decisão e propriedade sobre questões de terras. Além disso, os chefes tradicionais são os guardiões da terra de acordo com a lei consuetudinária em Serra Leoa. Os chefes são líderes incontestáveis dentro dos limites de seus territórios. Eles são descendentes das “famílias governantes” designadas pelos governantes coloniais britânicos em 1879. Essa estrutura hierárquica significa que a empresa pode adquirir terras comunitárias com o consentimento de apenas uma pessoa.

As mulheres são as mais afetadas.

Esta é uma entrevista com Aminata Massaquoi, membro da Aliança Informal contra as Plantações Industriais de Dendê na África Ocidental e Central. Aminata está acompanhando e apoiando mulheres que combatem e denunciam o modelo de plantações de dendezeiros em Serra Leoa, e visitou recentemente várias comunidades afetadas pelas plantações da Socfin.

Como o sistema de posse da terra está organizado no nível governamental em Serra Leoa, principalmente em relação aos direitos das mulheres?

A terra em Serra Leoa é classificada como estatal, privada ou comunal. Na região ocidental do país, a maior parte das terras é de propriedade privada individual, com direitos de exclusividade em seu uso e transferência. Famílias ou indivíduos têm direitos de acesso, uso e transferência por meio de aluguel ou venda. E, como se sabe, existem também os sistemas consuetudinários de posse, arrendamento e propriedade estatal da terra operando no país, assim como em outras partes do mundo.

Para mulheres de áreas rurais ou as que vivem em comunidades não é tão fácil, por causa das leis consuetudinárias que existem ali. Ao longo dos anos, a sociedade civil e os grupos de direitos das mulheres têm defendido que todas as leis de terras do país sejam sincronizadas para evitar a dupla interpretação sobre o mesmo assunto, mas isso ainda está para ser conquistado.

Enquanto isso, as aquisições de terras em grande escala, principalmente por empresas estrangeiras para o desenvolvimento agrícola, aumentaram rapidamente, ao mesmo tempo em que ocorreram os debates sobre a política fundiária. Uma pesquisa da ONG Christian Aid concluiu que, de 2009 até o final de 2012, investidores estrangeiros fizeram ou planejaram fazer arrendamentos de pelo menos 1.154.777 hectares, cerca de 21,4% do total de terras agricultáveis do país, para agricultura industrial em grande escala. (1) Como tem acontecido em outras partes da África, essas grandes aquisições foram criticadas por vários especialistas e ONGs, alegando que, ao invés de ajudar a melhorar os padrões de vida de quem mora em áreas rurais, esses arrendamentos exploram títulos de terra e, na verdade, aumentam a pobreza e as desigualdades econômicas. Esta ainda é uma grande preocupação, e os sinais são evidentes nas áreas onde os arrendamentos foram realizados.

Qual é a situação das mulheres em nível de comunidade, em termos de posse e direitos de acesso à terra segundo as leis consuetudinárias?

Em Serra Leoa, o direito consuetudinário acompanha o direito formal, mas nas áreas rurais, onde há pouco acesso a serviços judiciais, o direito consuetudinário tende a prevalecer. As pessoas confiam nos chefes das comunidades para resolver as disputas. E quando se trata de casamento, as uniões consuetudinárias tendem a predominar, embora não sejam reconhecidas pela legislação formal. A menos que seja registrado nos conselhos locais, um casamento tradicional não confere nenhum direito de propriedade ao marido ou à esposa. Portanto, se o cônjuge de uma pessoa morre, as terras do casal podem ficar com a família de quem faleceu.

Para as mulheres, que muitas vezes são as principais trabalhadoras, provedoras e cuidadoras nas famílias, e que dependem mais de suas terras para ganhar a vida e

sustentar seus filhos, isso significa que, se o homem morre ou uma mulher quer dissolver um casamento devido à violência doméstica, ela pode não ter direitos sobre as terras em que trabalhou durante anos. Nesse caso, ela poderia ser retirada da terra pela família do marido. Os filhos dela também não têm direito às terras, e isso pode ser difícil de enfrentar porque essas mulheres não têm força financeira para reagir. Em Serra Leoa, a Lei Estatal de Transmissão de 2007 deu às mulheres o direito legal de herdar terras, mas, na realidade, apenas umas poucas as herdam.

Por causa de inúmeras atividades de defesa dos direitos das mulheres à terra, acredita-se que elas são incluídas nas decisões, mas não é o que acontece na prática. Durante as visitas de campo, várias delas me explicam que só ficam sabendo quando a terra já foi negociada, porque o direito consuetudinário é usado para silenciá-las. As mulheres sempre denunciaram a total falta de possibilidades de participação nas discussões quando empresas, governos ou outros vêm às comunidades para oferecer projetos ou comprar terras.

Além disso, as leis formais dão às mulheres direitos de possuir ou arrendar terras, mas as leis consuetudinárias lhes negam esse direito. Como grande parte das terras está nas áreas rurais, a maioria das mulheres é excluída pelas autoridades locais. No entanto, o trabalho contínuo de defesa dos direitos delas em nível das comunidades tem ajudado muito.

Também há muita violência contra as mulheres a partir de dentro das comunidades e por parte das autoridades comunitárias. Essa tem sido uma preocupação em todos os lugares e, por causa das leis e tradições consuetudinárias, na maioria das comunidades rurais, espera-se que as mulheres fiquem em segundo plano durante os compromissos públicos. Principalmente se forem casadas, as mulheres não devem ousar falar ou tomar decisões na presença dos maridos ou homens, que se tornam seus porta-vozes. Como resultado, nesse contexto, mulheres empoderadas ou cientes de seus direitos ficam expostas à violência dentro de suas casas por insubordinação. Muitas formas podem ser estabelecidas para silenciar as mulheres.

Durante as suas visitas a várias comunidades que enfrentam plantações industriais de dendê, qual lhe pareceu a reclamação mais relevante que as mulheres levantaram?

A reclamação comum tem sido a falta de inclusão nas negociações sobre as terras e na tomada de decisões. Com as plantações de dendê, elas ficaram sem acesso às suas terras e precisam de uma fonte alternativa de renda. Elas estão lutando para recuperar suas terras porque os acordos sobre as terras não são lucrativos para elas. A população local não é empregada pela empresa conforme prometido: escolas, poços de água, centros de saúde, bolsas de estudos, estradas vicinais e muitas outras promessas não foram cumpridas. As mulheres também reclamam que suas comunidades não são mais seguras como antes da chegada da empresa.

Também foi dito claramente que acontece abuso sexual dentro dos limites das plantações, mas, por causa do estigma e da rejeição dos homens, geralmente não é discutido.

A quais tipos de abuso as mulheres são submetidas?

Para as mulheres, o trabalho nas empresas de dendê é árduo e mal pago. Elas caminham longas distâncias para trabalhar. Não recebem atenção médica adequada, são demitidas

sem benefícios, não têm direitos trabalhistas (são mantidas como “trabalhadoras temporárias” sem contrato, podendo ser demitidas a qualquer momento), além de não possuir plano de saúde nem cobertura para acidentes de trabalho.

As mulheres descreveram experiências de investidas sexuais feitas por alguns trabalhadores ou seguranças que trabalham para a empresa, e a expectativa é que elas aceitem ou perderão o emprego. Contra a vontade, algumas aceitam essas investidas para manter o trabalho e o salário.

As mulheres que se opõem ao que está acontecendo estão sendo marginalizadas em relação às atividades da comunidade. Elas são sempre visadas pelas autoridades locais e, às vezes, seus movimentos são monitorados.

Como as mulheres estão enfrentando essa situação?

Principalmente boicotando as reuniões comunitárias ligadas às empresas. Elas desobedecem o chefe tradicional e fortalecem as relações com aliados, bem como com organizações locais e internacionais que tratam do assunto com elas de tempos em tempos. Também por meio de oficinas sobre leis e direitos. Elas se reúnem internamente de vez em quando, embora estejam sendo monitoradas.

(1) Christian Aid, Who is benefiting?, 2013, <https://www.christianaid.org.uk/sites/default/files/2017-08/who-is-benefitting-sierra-leone-report-july-2013.pdf>

Um lugar perigoso para mulheres. Histórias de mulheres indígenas que trabalham em plantações de dendê em Papua



Trabalhadoras da plantação de dendzeiros em Papua. Foto: Rassela Malinda

[Este artigo também está disponível na bahasa indonésia](#)

A dez metros de distância, vi uma trabalhadora parada, com um balde na mão direita e uma foice na esquerda. Olhamos fixo um para o outro por alguns momentos. Ela então virou o corpo, como se estivesse se esquivando de nós. Robertus, um dos moradores locais que me acompanhava enquanto eu fazia uma pesquisa de campo sobre os muitos impactos das plantações de dendzeiros na vila de Anggai, gritou para ela: “Mama Maria, sou eu, Robertus”. Ela então olhou para trás enquanto apertava os olhos: “Ah, é você, Robertus?” Acontece que ela nos evitara por achar que eu era um executivo da empresa que estava fazendo uma inspeção de campo, e ficou com medo.

Então, Mama MY nos convidou para entrar em sua área de trabalho, que era um trecho de mudas de dendzeiro com um a dois anos de idade. As trabalhadoras da empresa chamada PT Merauke Rayon Jaya geralmente atuam na divisão de viveiros de mudas. O viveiro é um terreno onde se desenvolvem os dendzeiros jovens que, quando atingem tamanho suficiente, são transferidos para a plantação. A principal tarefa dessas trabalhadoras é cuidar deles, regando, fertilizando e protegendo contra insetos e doenças. Os homens raramente são designados para essa seção, e sim para as tarefas de desmatamento, tração (produção de dendzeiros e conserto de meios de transporte) e extração de madeira. Muito provavelmente, a razão para isso é a suposição geral de que as mulheres são boas em cuidar.

Durante as minhas visitas, encontramos outras trabalhadoras além de Mama Maria. Uma delas é Mama PM. Ela é uma mulher indígena da tribo Awyu, e trabalha no viveiro da MJR desde 2014.

A PT Megakarya Jaya Raya (MJR) é uma subsidiária do Grupo Menara, sediado na Malásia, e tem uma área de concessão de 39.920 hectares de florestas. Desde 2013, a MJR opera na área de Kampung Anggai, distrito de Jair, na Regência de Boven Digoel, em Papua. Já

desmatou 10% da área total de concessão, ou cerca de 3.000 hectares, e o desmatamento continua até hoje. Essa empresa foi mencionada em uma investigação transfronteiriça dos grupos de jornalistas Gecko Project, Mongabay, Tempo e Malaysiakini, como parte de uma mega-agenda de expansão de plantações, conhecida como projeto de dendê Tanah Merah. Essa investigação revela os métodos sujos empregados por aqueles que controlam o destino das florestas na Indonésia – por meio de dinheiro, poder e cargos políticos. (1)

A jornada de trabalho de Mama PM vai das oito da manhã às duas da tarde. Quando perguntei sobre a motivação mais forte para continuar nesse trabalho, ela respondeu: “Mama vai parar de trabalhar um dia, mas só quando meu filho se formar na faculdade.” O filho dela acabou de entrar no terceiro semestre do curso de Agricultura em uma faculdade local, e Mama PM está profundamente determinada a fazer com que ele se forme. “Eu posso deixar de estudar, mas as crianças não podem.” Ela não quer que seu filho tenha o mesmo destino dela: sem estudo e trabalhando como assalariada para a empresa de dendê. Ela espera que a educação possa mudar a vida do filho, embora haja um preço a pagar.

Mama PM fazia todas suas tarefas domésticas em casa antes das seis da manhã. Às vezes, ela conseguia preparar seu próprio almoço, e se não, ficava com fome até voltar para casa. Para chegar à plantação, ela precisa caminhar, pois a empresa não oferece transporte para buscar os trabalhadores. Ela levaria apenas 15 a 20 minutos para chegar à plantação de motocicleta, mas o caminho a pé, predominantemente de chão batido – e que se transforma em lama quando chove – leva cerca de uma hora. Todos os dias, ela passa pelo menos duas horas caminhando para ir e voltar do local.

Enquanto estava no viveiro, notei que apenas algumas trabalhadoras usavam botas de borracha – as demais estavam descalças e quase nenhuma tinha equipamentos de proteção, como máscaras ou mesmo luvas. Isso certamente é preocupante, pois os trabalhadores da divisão de viveiros sempre lidam com produtos químicos perigosos. Todos os dias, eles têm que realizar atividades de fertilização com ureia, NPK, Anderson e outros. Principalmente quando chove, há risco de exposição dos olhos ou da pele aos produtos químicos, causando irritação e coceira. Dá para imaginar que eles usam as próprias mãos, sem luvas?

Durante as primeiras atividades de plantio, os trabalhadores ainda recebiam algumas ferramentas de trabalho da empresa, mas ultimamente, elas não têm sido mais fornecidas. As luvas amarelas descartáveis que devem ser usadas para atividades de fertilização têm que ser trocadas todos os dias, mas a equipe de campo da empresa não toma a iniciativa de substituí-las. “Nós é que temos que pedir”, disse uma mulher.

Próximo a uma estrutura de madeira que serve de local de descanso aos trabalhadores, havia um riacho que costuma ser usado para lavar as mãos e limpar utensílios de trabalho, mas não era muito higiênico e possivelmente estava contaminado com fertilizantes químicos. Isso também pode afetar gradualmente a saúde e a segurança das trabalhadoras.

Antes de começar a trabalhar na plantação de dendezeiros, Mama PM supria suas necessidades cotidianas vendendo vegetais e colhendo Sagoo – um alimento básico dos indígenas de Papua. “Nós éramos livres para trabalhar como quiséssemos, sem patrão, sem regras, mas a renda que recebíamos era incerta”. Para ela, trabalhar nas plantações permitia um salário mensal, o que a atividade de colheita e coleta não lhe proporcionava. Mas até onde isso é verdade?

Como trabalhadora ocasional e temporária do setor de óleo de dendê, Mama PM recebe segundo o número de dias que trabalhou no mês. Além disso, Rina, a funcionária administrativa do viveiro da PT MJR, responsável pelo pagamento dos salários, também é dona de uma pequena mercearia que vende produtos básicos do dia a dia, como arroz, açúcar, café, chá, macarrão instantâneo e cigarro. Todos os meses, Rina desconta dos salários o valor devido pelos trabalhadores ao seu estabelecimento. Se trabalhar um mês inteiro (25 dias), Mama PM levará para casa cerca de dois milhões de rúpias (quase 140 dólares), dos quais ainda seria descontada a dívida mensal na mercearia de Rina, que costuma ficar entre 600 mil e um milhão de rúpias (42 a 70 dólares).

Além disso, ela ainda tem uma dívida referente às ferramentas de trabalho, que precisam ser adquiridas pelos trabalhadores em parcelas mensais descontadas do salário. Às vezes, a empresa fornece um par de botas e máscaras de borracha, mas somente se o trabalhador pedir.

A renda mensal fixa, como um dos principais motivos de Mama PM e outros para trabalhar nas plantações de dendezeiros, é mais uma ilusão do que uma realidade. A escravidão por dívidas, bem como o status de “trabalhador ocasional e temporário”, sabota a renda fixa. Ao mesmo tempo, é quase impossível retornar às atividades de coleta, pois a floresta se transformou em plantações.

E isso não é exceção. Os pesquisadores Julia e White (2) também encontraram motivos semelhantes nas mulheres indígenas Hibun Dayak, que decidiram se tornar trabalhadoras de plantações: a necessidade de dinheiro competia com o desejo de manter seus meios de produção. Em toda a Indonésia, as empresas de plantação de dendezeiros representam muitos perigos para as trabalhadoras. YK, uma indígena da tribo Moi, trabalha como operária em uma empresa de óleo de dendê na província de Papua Ocidental desde 2008. Além de ter condições precárias de segurança no trabalho, ela acredita que as plantações também são locais perigosos. Um dia, enquanto derrubava uma árvore, foi atacada por um enxame de abelhas. Ela correu o mais rápido que pode para encontrar água e se escondeu por tempo suficiente para enganar as abelhas que a perseguiram. “Eu prendi a respiração por muito tempo, minha amiga gritou para que eu continuasse escondida porque as abelhas ainda não tinham ido embora. Depois de um tempo, saí da água, desmaiei e acordei no hospital”. Ela teve febre por dias após o incidente. “Ninguém da empresa me visitou no hospital. Ninguém”, disse ela.

RK, outra trabalhadora da mesma plantação de YK, conta uma história semelhante. Ela começou em 2014 como trabalhadora ocasional, para pulverizar uma área de dois hectares usando produtos químicos como Vienna, Gallon e Sloar. Ela tinha que pulverizar aproximadamente oito linhas com 30 a 32 árvores cada, portanto, o total de árvores a ser pulverizadas diariamente era de cerca de 240. Em 2019, ela decidiu largar o emprego depois de trabalhar cinco anos na pulverização de fertilizantes.

O principal motivo foi a asma que sofria desde janeiro de 2019. O diagnóstico do médico na época era que a asma era causada por acidez estomacal. Além disso, a asma também teria sido causada pelo excesso de aplicação de fertilizantes químicos. RK teve que ser hospitalizada por duas semanas. Ela e o marido pagaram a conta, porque o seguro da empresa não cobria as clínicas próximas da aldeia. Não havia convênio entre a empresa e a clínica. Ela teve que gastar quase 1,4 milhão de rúpias (quase 100 dólares) nos tratamentos

médicos. Durante a internação, nenhum diretor da empresa se ocupou de seu caso e nem mesmo a visitou. Essa negligência e essa indiferença a incentivaram a deixar de trabalhar na plantação.

Não é lugar para mulheres

Outro perigo potencial e muito real que ameaça especificamente as trabalhadoras das plantações de dendezeiros é a violência sexual. Conheci uma jovem indígena da tribo Yei, chamada MG, que também foi trabalhadora ocasional e temporária de uma plantação de dendezeiros nos arredores de Bupul e Muting, na regência de Merauke, província de Papua. Ela foi demitida pela empresa por tirar sua licença menstrual. Segundo ela, a empresa aplicou regras rígidas principalmente às trabalhadoras temporárias, e não aceitava nenhuma justificativa se elas precisassem faltar.

MG é mãe solteira de dois filhos e tem que deixá-los em casa enquanto trabalha na plantação. Ela sabia que era muito arriscado para os filhos, mas não tinha outra escolha, pois era a única provedora dessa pequena família. Certa vez, um segurança do alojamento da plantação abusou verbalmente de MG quando ela se recusou a aceitar ao seu comportamento sexualmente objetificante. Quando encontrava parentes para cuidar dos filhos, ela dormia no alojamento para evitar a viagem, mas isso não era muito frequente. MG ficou com medo quando teve que dormir sozinha no alojamento. O autor do abuso costumava se embriagar e forçou a porta para entrar em seu quarto. Essa experiência desagradável realmente a traumatizou.

As plantações de dendezeiros são um dos espaços mais inseguros para as mulheres, não apenas por causa de sua condição de trabalho vulnerável – principalmente como trabalhadoras ocasionais – mas também pelo potencial de violência sexual que as ameaça dentro e próximo das plantações.

Além disso, é importante destacar que a herança de terras consuetudinárias, que geralmente segue a linhagem masculina em Papua, implica a exclusão das Mulheres Indígenas de seu direito à propriedade da terra. Embora as mulheres ainda tenham o direito de administrar e usar a terra como fonte de subsistência, isso se torna ainda mais problemático quando a terra consuetudinária é transformada em mercadoria.

As empresas de óleo de dendê chegam às aldeias prometendo prosperidade e progresso, com a condição de que as pessoas entreguem suas terras. As mulheres raramente são envolvidas no processo de aquisição de terras que pertencem às comunidades para transformá-las em monoculturas, e suas opiniões não são ouvidas. Depois de sofrer marginalização e exclusão desde o início do processo de transferência dos direitos à terra, as Mulheres Indígenas em Papua perdem o acesso a suas florestas e seus meios de subsistência devido ao desmatamento e à limpeza das áreas. No final das contas, elas não têm muita escolha, pois a alternativa é ser jogadas na precariedade das plantações de dendezeiros em condições de trabalho e tratamento perigosas.

Rassela Malinda

Pesquisadora em Yayasan Pusaka Bentala Rakyat, Indonésia

Leia o relatório completo da pesquisa de Rassela Malinda, em Bahasa Indonésio, em: Mama ke Hutan, 2020, <https://pusaka.or.id/assets//2021/04/MAMA-KE-HUTAN-Cover.pdf>

[Este artigo também está disponível na bahasa indonésia](#)

(1) The secret deal to destroy paradise, 2018, <https://thegeckoproject.org/the-secret-deal-to-destroy-paradise-715b1ffc0a65>

(2) Julia & Ben White. (2012) Gendered experiences of dispossession: oil palm expansion in a Dayak Hibun community in West Kalimantan, The Journal of Peasant Studies, 39:3-4, 995-1016, DOI: 10.1080/03066150.2012.676544

O mundo da especulação e os títulos verdes



Foto: Edlie.net

Foi com o lema “Nosso propósito é renovar a vida a partir da árvore” que a empresa Suzano Papel e Celulose lançou seu material de divulgação de resultados relativo ao ano de 2020. O documento procura mostrar as primeiras consequências dos recentes processos de fusões e aquisições, os quais tornaram a Suzano a maior produtora mundial de celulose de eucalipto. O foco da publicação busca apresentar que, muito mais que lucros, as atividades produtivas da empresa se movem como solução para, até 2030, substituir 10 milhões de toneladas de plástico e derivados de petróleo por produtos de origem vegetal e, também, remover 40 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera, por meio da expansão das plantações de árvores. Segundo o relatório, além das questões ambientais, a Suzano projeta retirar cerca de 200 mil pessoas da linha de pobreza, nas áreas de sua atuação.

Essas e outras medidas estão na mira da Suzano, com o objetivo de intensificar suas operações com *títulos verdes*, como forma de financiamento de seus projetos de expansão e competitividade. Segundo a companhia, um dos principais resultados de 2020 teria sido seu pioneirismo na emissão de títulos (*Sustainability-Linked Bond*), conseguindo captar 1,25 bilhão de dólares, tendo como contrapartida a promessa de redução da emissão de gases de efeito estufa, em 15%, até 2030.

Entendemos que o referido relatório revela o esforço midiático dos grandes empreendimentos agroindustriais em procurar mascarar os objetivos de sua lógica de acumulação predatória. Para melhor entendermos esse processo, temos que refletir sobre as novas táticas de acumulação das grandes empresas, especialmente em seu envolvimento na tal *economia verde*.

Primeiros passos

Tentemos, então, traduzir o emaranhado técnico montado para as novas operações especulativas neste longo período de crise mundial do capital. Uma das grandes dificuldades para compreendermos o *domínio da acumulação especulativa*, sobre o capital produtivo e demais formas de apropriação da riqueza social, talvez seja a forma de concebermos os movimentos econômicos. É comum vermos definições de que o termo *economia* teria origem nas acepções gregas para *oikos* (casa) e *nomos* (gerir), sugerindo certa vinculação com atividades domésticas, a partir das quais poderíamos explicar as escolhas humanas em torno da produção, da distribuição e do consumo nas sociedades, em todos os tempos.

Simplificações como estas acabam escondendo que, sob as relações do capital, a tal *distribuição* não orienta totalmente a riqueza produzida para o consumo final das famílias, mas, sobretudo, para um intenso processo de acumulação. No capitalismo, acumular tem sido o caminho para as empresas tornarem-se grandes, fortes, competitivas, se constituindo como conglomerados econômicos, capazes de comandar um conjunto diversificado de formas de apropriação de parcelas cada vez maiores da riqueza produzida em escala mundial.

Assim, acumular significa reaplicar recursos conquistados em sua própria expansão, penetrando em fatias de mercados por meio de grandes disputas concorrenciais entre as unidades de capital (seja no modo de fábricas, de bancos, de casas comerciais, da propriedade da terra, ou, da especulação).

Nasceu, também, dessas simplificações domésticas sobre a economia capitalista, uma fantasia bastante conveniente: a *teoria da abstinência*. Segundo ela, as grandes empresas teriam surgido a partir da decisão de algumas pessoas, empreendedoras, em abrir mão do consumo de parte razoável do que teriam ganhado com seu próprio trabalho, se dispostas a colocar essa poupança em favor da produção social. Essa lenda leva também à ilusão de que o desenvolvimento de grandes empresas é necessário, para empregar o grande contingente de pessoas que preferiu não se abster do consumo e gastou tudo que ganhou na vida. Sem essas oportunidades de emprego, essas pessoas não conseguiriam viver, insiste a cantilena.

Falácias à parte, sabemos que desde meados do século XIX ocorreu a separação entre a propriedade e a gestão do capital. De início, os bancos promoviam o crédito para financiar grandes empreendimentos, mas, logo depois, foram criados os mercados de ações e os bancos foram se fundindo com o capital produtivo, criando as grandes sociedades anônimas (S.A.).

Assim, os grandes investimentos passaram a ser financiados via tomada de empréstimos, mas, também, por meio da venda de cotas (ações) de participação na propriedade das empresas. Para isso, foram criadas novas instituições, as chamadas *bolsas de valores*, as quais operam em escala internacional, intermediando a compra e a venda dessas parcelas de participação acionária. Se a opção pelos empréstimos significava a emissão de títulos de dívida pelas empresas tomadoras de crédito, no caso da colocação de ações em bolsa as empresas passaram a operar a abertura do seu próprio capital, para a entrada de um grande número de sócios, alguns com direito a voto nos conselhos, mas, a maioria, totalmente anônimos, que não interferem na gestão.

Nesse processo, surgiram também as debêntures, que são títulos de dívida conversíveis em ações da empresa tomadora, caso a dívida não seja liquidada no prazo estabelecido. Percebe-se, portanto, que a compra e venda de cotas das empresas nas bolsas de valores, bem como a possibilidade de troca de títulos de dívida por ações, promovem um contínuo intercâmbio patrimonial, sem que seja possível determinar quem são exatamente todos os proprietários das empresas. Quem detém ações com direito a voto acaba escolhendo e contratando gerentes executivos, para administrar as unidades das grandes empresas espalhadas pelo mundo, os quais podem ser remunerados com parcela dos lucros, mas, também com parcela das cotas de propriedade.

A escalada para o domínio da especulação

Desde a criação dos sistemas de crédito parte dos compromissos assumidos pelo devedor representam mera especulação sobre o risco do negócio. Além dos juros a pagar, os contratos de empréstimos sempre agregam à dívida uma taxa de risco, como forma de compensar eventuais prejuízos com inadimplentes, mesmo que eles nunca se concretizem de fato.

Quando as bolsas de valores operam normalmente, as compras e vendas de ações são operadas a partir das perspectivas quanto à distribuição futura de parcelas dos lucros (dividendos) das empresas aos seus acionistas, havendo tendências de alta ou de queda nos preços das ações, sem grandes oscilações. No entanto, um ou outro acionista pode querer se desfazer de uma grande quantidade de ações, gerando certa especulação sobre os motivos daquela decisão. Sem compradores imediatos, o preço das ações ofertadas tende a cair e pode depreciar o conjunto acionário das empresas, explicitando que independente do desempenho da produção e do faturamento efetivo das empresas, o preço de suas ações pode subir ou descer por mera especulação na bolsa de valores.

A partir de 1971, a especulação com títulos de dívida e com ações das empresas ganharia uma motivação a mais, com a difusão em nível internacional dos chamados *mercados secundários*. Naquele ano, os Estados Unidos da América decidiram quebrar os acordos firmados no final da Segunda Guerra Mundial, os quais mantinham as taxas de câmbio de todos os países em paridade fixa com o dólar, sob o compromisso estadunidense de manter a conversibilidade direta de sua moeda com o ouro.

Com a quebra do padrão monetário internacional, as taxas de câmbio passaram a oscilar gerando nova onda para a especulação globalizada. A partir dali os títulos primários, onde se firmavam os contratos públicos e privados de empréstimo, ou as opções de compra e de aluguéis, juntamente com o conjunto das ações das empresas, passaram a lastrear uma série de apostas sobre preços no futuro, numa proporção gigantesca.

Surgiam, assim, os chamados *títulos derivativos* negociados nos mercados secundários. São títulos que derivam de títulos primários de dívida e de ações, para operar uma transação especulativa, normalmente vinculada a apostas sobre a variação futura de preços das mercadorias e serviços, das taxas de câmbio ou das taxas de juros praticadas em vários países. Surge daí o termo *ciranda especulativa*, um verdadeiro cassino mundial, que reproduz riqueza fictícia de apostas numa escala gigantesca, como forma de acumulação parasitária, cada vez mais distante da produção de riqueza real. Estimam-se que, atualmente, o volume de títulos derivativos é 10 vezes maior que o PIB mundial.

Essa nova etapa da especulação mundializada tem sido consequência do aprofundamento de uma longa crise de superprodução de capital. Com isso, parcelas cada vez maiores do capital excedente passaram a ser usadas em apostas sobre as cotações futuras, em busca de alternativas às dificuldades de aplicação produtiva razoavelmente rentável. Apesar de resultarem de simples apostas sobre o futuro, os títulos derivativos são reconhecidos socialmente como riqueza real e dão poder de comando aos seus possuidores sobre operações econômicas no presente.

Especulação com títulos verdes

Nesse clima global de domínio da especulação parasitária, não tardou para os títulos derivativos se tornarem oportunidade de acumulação envolvendo os debates mundiais sobre o colapso ambiental. Diante das dificuldades de controle do desmatamento e das emissões de poluentes, em nível global, as tais *cúpulas internacionais* acabaram se dobrando aos apelos por mercantilização da proteção da natureza, criando os tais *pagamentos por serviços ambientais* (PSA).

A proposta tem sido difundir e consolidar a ideia da possibilidade de *compensação de danos ambientais*. Assim, empresas e institutos privados desenvolvem formas sofisticadas de transformar, em termos de preços de mercado, tanto a emissão de poluentes quanto a *prestação de serviços ambientais*, com o intuito de mostrar que é possível quantificar e compensar a depredação ecológica produzida pelos projetos de expansão industrial.

A criatividade em neologismos se destaca com a ideia de empresas *poluidoras-pagadoras* e se desdobra em tornar possível a mensuração, via preço de mercado, do volume de biodiversidade devastada e compensá-lo com alguma forma de projeto de preservação em um outro ecossistema mercantilizado.

Grandes empresas podem participar desses programas de PSA a partir da expansão de seus tradicionais projetos de plantações de árvores em regime de monocultura. De devastadoras da natureza elas se tornam promotoras de compensações ambientais, a partir dos projetos de *fixação de carbono* nas árvores plantadas. Isso tem sido possível na medida em que o Estado se afasta da promoção das políticas ambientais, deixando a regulação sob o comando de empresas e institutos privados, que passam a atuar como certificadores e mensuradores das parcelas a serem pagas ao longo do período de realização dos tais projetos de serviços ambientais, bem como pela avaliação dos resultados.

Como esses acordos de PSA são formalizados em contratos de longo prazo, eles geram o *direito a recebíveis* no futuro, ou seja, direito a pagamentos no futuro pela prestação de serviços ambientais ao longo da execução dos projetos. Assim, grandes volumes de recebíveis por serviços ambientais se tornam a base de lastro para a emissão de títulos derivativos, negociados a partir de apostas sobre taxas de câmbio, taxas de juros e, especialmente sobre os preços que podem alcançar as próprias mercadorias produzidas como resultado de seus *projetos de compensação*.

Considerações finais

Parece haver pelo menos um objetivo mais explícito nas novas táticas dessas grandes empresas. Procuram a melhor adequação aos acordos de cúpulas internacionais, em torno de soluções mercantis para as crises que se acumulam nessa etapa, aproveitando o

momento de tensão mundial, para resolver problemas estruturais de financiamento, sejam aqueles vinculados a dívidas antigas, sejam os exigidos para a expansão de suas atividades produtivas. Agregam-se, assim, às antigas linhas de crédito, que exigiam metas de qualidade total na redução custos, novas abordagens de captação, vinculadas à produção e à reprodução de recebíveis no longo prazo, por meio de contratos de PSA e de compromissos de redução na emissão de poluentes.

As operações primárias na emissão dos chamados títulos verdes são abastecidas pela difusão dos fluxos criados pelo reconhecimento oficial do conceito mercantil de empresas poluidoras-pagadoras. Ao mesmo tempo, os circuitos de apostas nos mercados de títulos derivativos encontram, na base dos contratos de PSA e de recebíveis semelhantes, mais um impulso a sua reprodução parasitária.

Dessa forma, não podemos nos surpreender diante da evidência de que grandes empresas produtoras de celulose, como a Suzano, estejam operando e se expandindo com uma carteira de passivos de tão alto risco. Esta é a dura e crua realidade que domina o mundo dos grandes negócios em todo o mundo capitalista, cada vez mais sem qualquer controle das autoridades governamentais.

Sem as simplificações usuais, é possível perceber que há muito o endividamento público e privado se tornou oportunidade para a criação de instrumentos cada vez mais criativos para a especulação parasitária. O risco de um colapso econômico sem precedentes tem se mostrado iminente, mas, essa tem sido a realidade ante à incapacidade generalizada do capital em superar a grande depressão que se aprofundou neste início de século XXI. Enquanto isso, os compromissos assumidos com a tal sustentabilidade formal das grandes empresas vão se acumulando, sob a regulação de instituições criadas e contratadas pelas próprias relações mercantis predatórias, o que põe em maior risco ainda a continuidade da vida no planeta.

Helder Gomes, Brasil

A região de Sangha na República do Congo



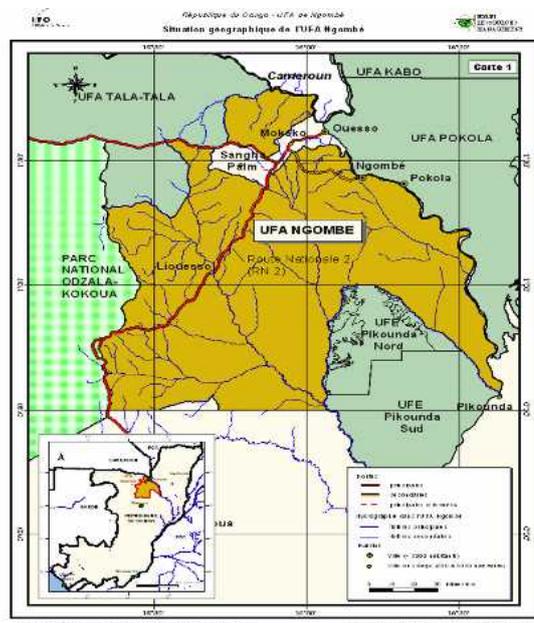
A conferência de Berlim, ilustrada em 'Illustrierte Zeitung', 1884, que estabeleceu as regras para a conquista e partição da África. Ref: Wikicommons.

Há um sério risco de que as indústrias extrativas e de conservação exerçam controle total sobre as florestas tropicais, implementando as chamadas “soluções baseadas na natureza”, (1) que incluem grandes projetos de compensação de carbono e a criação de mais áreas protegidas, bem como a continuação de uma suposta exploração madeireira “sustentável” e plantações industriais de árvores. No entanto, é importante entender as implicações que esse controle territorial pode ter para as comunidades que dependem da floresta.

Na região de Sangha, no norte da República do Congo, há muitas florestas. Ela é um exemplo de como os territórios podem acabar sob controle total das indústrias extrativas e de conservação. Três concessões ocupam quase toda a região: a da empresa de óleo de dendê Eco-Oil Energie SA, a do Parque Nacional de Odzala-Kokoua, e da madeireira Industrie Forestiere d'Ouessou – IFO (ver mapa)..

Embora o caos climático indique que as supostas “soluções baseadas na natureza” são mais “fantasias” do que qualquer outra coisa, as três empresas que atuam no Congo estão preocupadas principalmente com seus negócios e com a concorrência entre si, tanto em termos da propaganda verde que divulgam quanto das promessas que fazem às comunidades na região. O que se mantém escondido, no entanto, é o caráter extremamente desigual, racista e patriarcal dessas concessões, que têm suas origens na época colonial. As três empresas utilizaram guardas armados e/ou polícia local contra os habitantes dessas áreas florestais para impedi-los de usar suas terras ancestrais.

Este artigo descreve alguns aspectos que expõem quem está por trás de cada uma das empresas e sua percepção sobre as comunidades que dependem das florestas.



Eco-Oil Energie

O dendê cresce naturalmente nas florestas da região de Sangha. Sítios arqueológicos mostram que existe uma antiga tradição de plantio de dendezeiros por comunidades que dependem da floresta, principalmente mulheres.

O modelo radicalmente diferente de plantações industriais de dendê tem suas raízes na época colonial, quando a Compagnie Française du Haut et du Bas Congo (CFHBC) recebeu uma concessão de 7,5 milhões de hectares, cobrindo uma área do tamanho da Bélgica e da Holanda juntas, para iniciar a produção de óleo de dendê em escala industrial. Após a independência, em 1983, a empresa foi rebatizada de Sangha Palm, uma estatal com área de plantio de 33 mil hectares na época. Em 1990, e devido à crise financeira em curso, a fábrica de óleo de dendê Sangha foi fechada, e as plantações, abandonadas pela empresa. (2)

Depois que a Sangha Palm foi embora, os agricultores continuaram colhendo dendê da plantação da empresa, principalmente as mulheres, para quem o dendê é uma parte essencial da cultura. Eles produziam óleo de dendê com métodos artesanais e o vendiam nos mercados locais, o que lhes proporcionava uma importante fonte de renda. Uma agricultora afirmou na época: “(...) Nós sempre extraímos óleo de dendê. Com o dinheiro que ganhamos com a venda do nosso óleo, compramos remédios e roupas para nossos filhos”. (3)

Mas tudo isso acabou quando a Eco-Oil Energie foi formada em 2013, depois que investidores malaios fizeram um acordo com o governo congolês para assumir o controle das plantações de dendê da Sangha. Eles também passaram a controlar milhares de hectares de plantações na região de Cuvette, que pertenciam a outra estatal do dendê, a Régie Nationale des Palmeraies du Congo (RNPC).

A Eco-Oil Energie SA Malasia recebeu uma concessão de 25 anos sobre 50 mil hectares e anunciou que recuperaria o que chamou de plantações “abandonadas”, ignorando a importância desse território para a subsistência e o bem-estar da população local. Em 2015, o projeto recebeu cerca de 89 milhões de dólares de seus investidores malaios. O Banco BGFI, com sede no Gabão, e o Ecobank, com sede no Togo, também investiram na empresa, cujo projeto incluiu investimentos nas plantações e também na produção de óleo, margarina e biodiesel de dendê. Na ocasião, foi anunciado que o biodiesel atenderia tanto ao mercado interno quanto ao externo. A empresa também anunciou a meta de aumentar sua área de plantio para 300 mil hectares no futuro. (4).

As plantações de dendezeiros são uma das principais causas de desmatamento em todo o mundo. O diretor da Eco-Oil Energie afirmou em 2015 que a empresa apenas replanta as chamadas plantações “abandonadas” enquanto conserva a floresta remanescente. (5) No entanto, um relatório crítico de consultores que visitaram uma área de concessão da Eco-Oil em 2016 apontou desmatamento, práticas ilegais e conflitos com comunidades, entre outros, na região de Cuvette. (6)

Além dos investidores malaios, o presidente e CEO da Eco-Oil Energie, Claude Wilfred Etoke, lucrou muito com as atividades da empresa. Uma das proprietárias da Eco-Oil Energie é uma empresa registrada na Suíça, chamada Eco Oil Energie Sarl, a qual, por sua

vez, pertence a uma empresa registrada no Chipre, a WEC Group. (7) Etoka é o único acionista da Eco-Oil Energie Sarl.

Etoka é, para dizer o mínimo, uma figura polêmica, já que seu nome foi associado a inúmeras práticas ilegais. A coalizão “Abrindo a África Central” denunciou que Etoka é o “homem do dinheiro” para os esquemas de lavagem de dinheiro do presidente Sassou. (8) De acordo com pesquisas da Global Witness e Mediapart, Etoka fez a intermediação com investidores internacionais para privatizar duas estatais de dendê, a Sangha Palm e a RNPC, e criar a Eco-Oil Energie. Mas essa não foi a sua única jogada. Ele fez o mesmo com outras 45 empresas estatais, construindo um enorme império empresarial na República do Congo, que cobre os setores de extração de petróleo, agroindústria e manufatura. (9)

Alguns contratos de investimento firmados por Etoka em nome da Eco-Oil Energie nos últimos anos indicam que a empresa está em processo de expansão de suas atividades e sua área de produção para além do negócio de óleo de dendê. Por exemplo, a Eco-Oil assinou um acordo com uma empresa israelense em 2018 para investir no cultivo de manga e laranja voltado à produção de suco (10) e outro em 2019, com a Camaco, investidora chinesa, para a fabricação de equipamentos agrícolas (11).

Industrie Forestiere d’Ouessou – IFO

A Industrie Forestière d’Ouessou (IFO) tem uma concessão madeireira de 1,16 milhão de hectares no norte da República do Congo. A IFO é de propriedade da Interholco, com sede na Suíça, que assumiu a concessão de uma empresa estatal chamada SCBO em 1999. A SCBO foi fundada em 1985. A Interholco é subsidiária da Danzer, uma empresa de madeira de lei com sede na Áustria.

A Danzer foi fundada em 1932 pelo alemão Karl Danzer, e lucrou com as importações e comércio de madeira tropical. Em 1962, a Interholco foi fundada na Suíça, e assumiu a comercialização da madeira africana principalmente para os mercados europeus. A sede da Danzer foi transferida da Suíça para a Áustria em 2015, entre outras razões, em função de benefícios fiscais. (12)

As operações madeireiras da IFO são certificadas pelo FSC e afirmam ser “a maior área florestal contínua certificada em regiões tropicais,” (13) embora o sistema de certificação FSC já tenha mostrado que não representa uma garantia para os consumidores de produtos de madeira tropical, principalmente no que diz respeito à preservação da área certificada e ao bem-estar social das comunidades dentro da área de concessão. (14) Por sua vez, o grupo Danzer perdeu sua certificação FSC em 2011, quando o FSC decidiu se dissociar da empresa depois que o Greenpeace expôs as atividades de sua subsidiária SIFORCO, na RDC, incluindo exploração ilegal sistemática de madeira e envolvimento com violações dos direitos humanos. (15)

Essa decisão também expôs o WWF, já que a Danzer era uma importante parceira na iniciativa “Rede Global de Florestas e Comércio” daquela organização. (16) Em 2014, no entanto, o WWF comemorou em um comunicado à imprensa que a IFO havia recuperado sua certificação FSC, apenas instando a empresa “a aplicar regras rígidas contra a caça ilegal” (17).

Essas regras provavelmente estão relacionadas ao fato de a empresa informar que cerca de 16 mil pessoas vivem dentro da área de concessão, incluindo comunidades indígenas. A empresa diz ter cerca de 40 “ecoguardas” para patrulhar constantemente sua área contra “atividades ilegais, incluindo colheita, caça, comércio de carne de caça e mudanças irreversíveis.” (18)

Em 2015, a IFO, a Eco-Oil Energie, o WWF e outros parceiros estiveram envolvidos em um projeto aprovado pelo Global Environmental Facility (GEF), com financiamento de mais de 3 milhões de dólares, voltado a reforçar as áreas protegidas na República do Congo. Em 2018, a ONG Survival International, em nome do povo indígena Baka, entrou com uma queixa contra o GEF e os outros proponentes envolvidos no projeto. Os Baka alegaram ter sido expulsos à força de suas terras. (19) Uma equipe de investigadores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reuniu evidências de que o povo Baka havia sido submetido durante anos a violência e abusos físicos por parte dos guardas, incluindo espancamentos, criminalização e prisões ilegais, queima e destruição de propriedade, estupro e humilhação ao obrigar as mulheres a tirar a roupa, entre outras atrocidades. (20) O PNUD acabou suspendendo o projeto. Isso mostra o que esse patrulhamento pode significar para os habitantes de áreas florestais que empresas como a IFO afirmam proteger.

O Parque Nacional Odzala-Kokoua

Criado em 1935, o parque tomou conta da maior área florestal na mesma região, com 1,35 milhão de hectares. Desde 2010, o controle está inteiramente nas mãos da Rede de Parques Africanos, por meio de uma parceria público-privada com o governo congolês, válida por 25 anos. (21)

A Rede de Parques Africanos foi fundada em 2000 e se apresenta, em seu site, como uma organização sem fins lucrativos que administra 19 parques nacionais e áreas protegidas em 11 países da África, mas está registrada como empresa na África do Sul. O presidente da empresa é Sua Alteza Real, o Príncipe Henry de Gales, membro da família real britânica.

A empresa controla uma área total na África de 14,7 milhões de hectares, cerca de metade do tamanho da Itália, e pretende se expandir ainda mais e administrar 30 parques até 2030. Destaca a fixação de carbono nas árvores como um dos benefícios potenciais de seus parques, indicando o interesse da Rede em vender créditos de carbono como fonte de receita extra. Apesar de supostamente não ter fins lucrativos, a empresa desenvolve atividades comerciais no Parque Nacional Odzala-Kokoua, que inclui os chamados Acampamentos de Descoberta, aos quais os turistas podem ir em voos charter da capital congolês, Brazzaville. No entanto, poucos habitantes de Brazzaville têm a possibilidade de desfrutar desse turismo de luxo. Uma visita de quatro dias ao Odzala Discovery Camp, por exemplo, custa 9.960 dólares por pessoa. (22)

Por trás da Rede de Parques Africanos também está um grande grupo de governos, instituições multilaterais, organizações conservacionistas, fundações familiares e indivíduos que financiam seus negócios de conservação. Entre os parceiros do Parque Nacional Odzala-Kokoua, na República do Congo, estão grupos conservacionistas como o WWF, além do governo congolês e da União Europeia.

Embora o Parque tenha sido fundado em 1934, a própria Rede de Parques Africanos afirma que “seres humanos ocupam a área há 50 mil anos”. A empresa continua afirmando que 12 mil pessoas ainda vivem próximo ao Parque, mas, “*ainda assim*, ele é uma das áreas de maior diversidade biológica e de espécies do planeta” (grifo nosso). Com essa afirmação, ao invés de reconhecer a contribuição dos moradores para a manutenção da floresta em pé após todos esses milhares de anos, a empresa deixa claro que, a seu ver, a presença de pessoas não é compatível com o objetivo de conservação florestal; é *apesar* da presença das comunidades que ainda existe biodiversidade.

A Rede de Parques Africanos afirma proteger o Parque “com uma forte equipe de ecoguardas e outras técnicas de garantia do cumprimento da lei,” além de investir na “mudança do comportamento humano”. Para atingir esse objetivo, a Rede tem apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos, que “começou a apoiá-la em 2018 e investiu mais de 3 milhões de dólares em uniformes, equipamentos e treinamento para guardas de parques,” bem como “desenvolvimento de liderança” para “melhorar a capacidade de combater o comércio ilegal de vida selvagem e promover a estabilidade regional.” Essas afirmações e visões sobre a conservação deixam claro que, para essa Rede e seus financiadores e aliados, as pessoas que vivem dentro e próximo das florestas são consideradas uma ameaça, e que seu negócio de conservação pode funcionar melhor sem elas.

Atualmente, outras grandes concessões estão sendo feitas na República do Congo, em sintonia com as agendas das indústrias extrativas e de conservação. No entanto, o interesse de países e empresas do Norte Global é continuar extraindo minérios, madeira, óleo de dendê e outros produtos, além de fazer negócios com a conservação, o que é uma característica comum e persistente desses grandes projetos.

No entanto, o que resta às comunidades desde os tempos da colonização europeia são terras e áreas com florestas às quais elas já não têm acesso e onde, sempre que tentam entrar, enfrentam opressão violenta, racista e patriarcal, inclusive agora nas mãos dos chamados “eco” guardas.

Secretariado do WRM

- (1) Boletim 255 do WRM, “Soluções Baseadas na Natureza”: Ocultando um grande roubo de terras, abril de 2021, <https://wrm.org.uy/pt/boletins/nro-255/>
- (2) WRM, Oil Palm in Africa. Cenários passados, presentes e futuros. 2013, https://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2014/08/Oil_Palm_in_Africa_2013.pdf
- (3) Idem.
- (4) Farmlandgrab, Eco-Oil Energie investira 350 milliards dans un projet agroalimentaire au Congo, 2015, <https://www.farmlandgrab.org/post/view/25241-eco-oil-energie-investira-350-milliards-dans-un-projet-agroalimentaire-au-congo>
- (5) Eco-Oil Energie SA, 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=9YnfjKOUlLI>
- (6) Rapport de Mission Pilote REDD+. Sur la thématique « autorisation de déboisement » pour la consolidation d'une approche d'observation indépendante des exigences du processus REDD+ en République du Congo, 2016, https://www.euredd.efi.int/documents/15552/431687/Livrable+4+-+Rapport_mission+pilote+_OIFLEG-REDD_Final_EF_Cmpl%C3%A9ter_valid%C3%A9e.pdf/65c3cb85-6555-3df7-fbef-7c44a3a7defa
- (7) Wikipedia, Claude Wilfrid Etoke, https://en.wikipedia.org/wiki/Claude_Wilfrid_Etoke
- (8) Opening Central Africa, Christel Palace: High Treason In The Tropics, <https://openingcentralafrica.com/en/2020/05/11/christel-palace-high-treason-in-the-tropics/>
- (9) Global Witness, What lies beneath, 2020, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/what-lies-beneath/>
- (10) Israel Science Info, Goutte-à-goutte : une fruiteirie de 700 Ha au Congo-B irriguée grâce à Rivulis (Israël), 2018, <https://www.israelscienceinfo.com/en/agronomie/goutte-a-goutte-rivulis-eurodrip-israel-va-creer-et-irriguer-une-fruiteirie-de-700-ha-au-congo/>

- (11) Panapress, Accord de partenariat entre la société congolaise Eco-Oil énergie et la chinoise Camaco, 2019, https://www.panapress.com/Accord-de-partenariat-entre-la-s-a_630605469-lang1-free_news.html
- (12) Danzer Group, https://second.wiki/wiki/danzer_group
- (13) Lesprom, Danzer subsidiary IFO renews its FSC certificates for the Republic of the Congo, 2014, https://www.lesprom.com/zh/news/Danzer_subsiary_IFO_renews_its_FSC_certificates_for_the_Republic_of_the_Congo_65459/
- (14) Consulte as informações sobre o FSC no site do WRM, <https://wrm.org.uy/?s=fsc> e FSC-Watch <https://fsc-watch.com/>
- (15) Greenpeace, Danzer feels the bite as the FSC show its teeth, 2013, <https://www.greenpeace.org/international/story/7563/danzer-feels-the-bite-as-the-fsc-show-its-teeth/>
- (16) FSC-Watch, Another FSC and WWF flagship company in Africa bites the dust as Danzer sells SIFORCO, <https://fsc-watch.com/2012/04/14/another-fsc-and-wwf-flagship-company-in-africa-bites-the-dust-as-danzer-sells-siforco/>
- (17) WWF, Largest forest concession in the Congo Basin receives FSC certification, 2015, https://wwf.panda.org/wwf_news/?237170/Largest-forest-concession-in-the-Congo-Basin-receives-FSC-certification
- (18) Global Compact Network, Sustainable Hardwood – Made in Africa, good for forest, people and planet, <https://www.globalcompact.ch/post/sustainable-hardwood-made-in-africa-good-for-forest-people-and-planet>
- (19) UNDP, Social and Environmental Compliance Unit SECU, Integrated and Transboundary Conservation of Biodiversity in the Basins of the Republic of Congo, 2018, <https://info.undp.org/sites/registry/secu/SECUPages/CaseDetail.aspx?ItemID=27>
- (20) The Guardian, Armed ecoguards funded by WWF 'beat up Congo tribespeople', 2020, <https://www.theguardian.com/global-development/2020/feb/07/armed-ecoguards-funded-by-wwf-beat-up-congo-tribespeople>
- (21) African Parks, <https://www.africanparks.org>
- (22) Congo Conservation Company, 2021 rates, <https://congoconservation.travel/rates-offers/>

RECOMENDADOS

Árvores transgênicas não são solução para as mudanças climáticas

À medida que os efeitos devastadores das mudanças climáticas se tornam mais imediatos e graves, os interesses empresariais estão promovendo o uso de árvores transgênicas sem comprovação e potencialmente perigosas em propostas equivocadas de mitigação climática, incluindo compensação de carbono e uma bioeconomia emergente. Uma declaração divulgada pela Campanha Contra as Árvores Transgênicas alerta para os danos ecológicos e sociais do uso de árvores transgênicas em propostas para enfrentar a crise climática, que representam “falsas soluções”. Segundo a Campanha, os pesquisadores estão trabalhando para transformar a própria composição da madeira com o objetivo de facilitar a produção de bioplásticos, bioquímicos e etanol celulósico, e para projetar árvores visando aumentar o armazenamento de carbono. O uso em grande escala dessas árvores transgênicas pode devastar florestas, biodiversidade e comunidades que dependem da floresta – e pode até piorar as mudanças climáticas. A declaração está disponível aqui.

<https://stopgetrees.org/wp-content/uploads/2021/09/GE-trees-statement-PO.pdf>

Nove razões para dizer NÃO aos contratos com o agronegócio do dendê

Uma publicação recente do WRM explica como funciona a agricultura por contrato com empresas de óleo de dendê e por que ela é uma grave ameaça à pequena agricultura e à soberania alimentar. A cartilha analisa nove das promessas mais frequentes das empresas e, o mais importante, as informações que elas ocultam por trás de cada promessa. A publicação está disponível em inglês, português, francês, espanhol e bahasa indonésio.

<https://wrm.org.uy/pt/?p=17764>

Plantações de dendê estão avançando sobre a Amazônia brasileira

Um artigo recente da Mongabay alerta sobre como a indústria do óleo de dendê está se expandindo rapidamente na Amazônia brasileira. A cobertura de dendê no norte do Pará aumentou quase cinco vezes entre 2010 e 2019. Estudos mostram que a conversão de

florestas em plantações de dendê é um grande problema. A maior parte da produção de óleo de dendê do Brasil é controlada por oito empresas. Cientistas encontraram níveis elevados de resíduos de agrotóxicos nas comunidades vizinhas, enquanto promotores estão processando as empresas por supostamente violarem os direitos das comunidades indígenas e tradicionais e causarem danos ao meio ambiente. No Brasil, quatro entre nove pesticidas aprovados para uso em plantações de dendezeiros são classificados como “altamente perigosos”. A legislação brasileira não estabelece limites para qualquer resíduo de pesticida encontrado em sedimentos, embora eles possam contaminar as lavouras e representar um risco para a saúde pública. Pelo menos sete herbicidas e 16 inseticidas são usados nessas plantações atualmente. Os impactos são devastadores. Leia o artigo, em inglês, aqui. <https://news.mongabay.com/2021/03/deja-vu-as-palm-oil-industry-brings-deforestation-pollution-to-amazon/>

Exploração de trabalhadores migrantes em plantações de óleo de dendê na Malásia

Um artigo acadêmico de Janina Puder denuncia como a indústria do óleo de dendê na Malásia utiliza muito a mão de obra barata dos trabalhadores migrantes para manter o óleo de dendê lucrativo e competitivo globalmente. O produto costuma ser associado a desigualdades sociais em relação a propriedade, uso e acesso à terra, mas a exploração de trabalhadores migrantes é outra expressão importante, embora menos conhecida, da desigualdade social causada pelo cultivo industrial de dendê e a expansão constante do setor de óleo na Malásia desde 1960. Leia o artigo, em inglês, aqui. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-68944-5_10

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:
Boletim 257 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Resistência a múltiplas táticas para expandir as monoculturas" (<https://wrm.org.uy/pt/>)

[Assine o Boletim do WRM](#)

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

**Você perdeu a última edição do boletim do WRM
"Transição para quê? As injustiças da economia de 'baixo carbono' e da 'energia verde'?"
[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)**

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Winfridus Overbeek e Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Av. Bolívia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>